

Setor público tem rombo de R\$ 25,1 bi

Por conta do aumento das despesas previdenciárias, as contas do setor público consolidado tiveram um rombo de R\$ 25,1 bilhões em março, segundo o Banco Central, registrando o pior resultado para o mês desde o início da série histórica, iniciada em 2001. O deficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) subiu de R\$ 14,47 bilhões para R\$ 20,12 bilhões, com uma alta de 39%.

De acordo com especialistas, os gastos obrigatórios — aqueles que precisam ser efetivados — crescem cada vez mais, superando a arrecadação dos governos. O economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall, destacou que, enquanto não houver mudanças “estruturantes”, como a reforma da Previdência Social, o rombo nas contas continuará ocorrendo, e, conseqüentemente, aumentando a dívida pública. “Nós vemos que a arrecadação está vindo relativamente bem, mas, infelizmente, temos o andar da carruagem destes gastos obrigatórios, que aumentam por conta dos benefícios previdenciários e aumentos salariais acima da inflação dados ao funcionalismo no último dois anos”, ressaltou.

Com o deficit, a dívida bruta federal subiu e alcançou R\$ 4,984

trilhões em março, o que equivale a 75,3% do Produto Interno Bruto (PIB). A alta foi de 0,2 ponto percentual. De acordo com relatório do Banco Central, o rombo ocorre, principalmente, nas contas federais. Só governo central apresentou perdas de R\$ 25,5 bilhões, sendo que 78% disso decorre dos benefícios do INSS.

Jankiel Santos, economista-chefe do Banco Haitong, destacou que, enquanto as reformas não forem implementadas, restará ao setor público minimizar ao máximo essas perdas. “Os deficits consecutivos tornam cada vez mais arriscado investir no Brasil. Chega um determinado momento em que os empresários e investidores dizem: cansei de esperar essas reformas que o país tanto promete. E vão embora quando isso ocorrer”, afirmou. “O que podemos observar do cenário eleitoral é que a maioria dos candidatos pretendem fazer algum tipo de reforma. Então, por enquanto, nenhuma agência de risco deve rebaixar o grau do país”, ponderou.

O resultado do setor público consolidado é dividido em três bases: governo central, administrações regionais e estaduais. A primeira apresentou um deficit de R\$ 25,5 bilhões, enquanto a segunda ficou

com saldo positivo de R\$ 552 milhões. As empresas apresentaram rombo de R\$ 156 milhões.

Mesmo com o resultado negativo de março, as contas tiveram um superavit de R\$ 4,4 bilhões no primeiro trimestre deste ano, o que representa um volume de R\$ 2,2 bilhões maior do que em relação ao mesmo período do ano passado. Esse resultado ocorreu depois de uma arrecadação muito forte em janeiro, puxada pelo Refis. No acumulado de 12 meses, o rombo é de R\$ 108,5 bilhões — 1,64% do PIB. A meta do governo federal é de cumprir um deficit de R\$ 159 bilhões, sem contar estados, municípios e estaduais.

O relatório mostrou ainda que o pagamento com juros nominais do setor público consolidado chegou a R\$ 32,5 no mês passado, o que representa um estoque maior em relação a fevereiro, quando marcou R\$ 28,4 bilhões. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, isso ocorreu porque março tem mais dias úteis. Por conta da taxa Selic — que está em 6,5% ao ano —, houve diminuição dos juros nominais em relação ao mesmo mês de 2017, saindo de R\$ 43,3 bilhões para R\$ 32,5 bilhões.